



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

UMA REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Brasília – DF

2019

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

**UMA REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS
ESCOLAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Profa. Dra. Eline Anjos

Brasília – DF

2019

F676r

Fonseca, Delma Francisco.

Uma reflexão sobre a gestão democrática nas escolas públicas
/Delma Francisco da Fonseca. – 2019.

31 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) – Universidade
de Brasília - UnB, Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão
Pública Municipal, Brasília, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Eline dos Anjos

1. Gestão democrática 2. Comunidade escolar. 3. conselho. I. Título.

CDU: 658.005.05

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

UMA REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A Comissão Examinadora abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília.

Eline dos Anjos
Professor-Orientador

MsC Roque Magno de Oliveira
Professor-Examinador

MsC Olinda Maria de Lesses
Professor-Examinador

Buritis - MG, 27 de abril de 2019.

Dedico a confecção deste trabalho a Deus, sem
ele nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus Cristo pela realização deste trabalho e pelo sonho de tê-lo como modelo de liderança em minha vida.

A educação escolar pode contribuir para a democracia não apenas pela formação do cidadão crítico e participativo, mas também por ser ela própria um lugar onde se põe em prática a vivência do que se propõe nos objetivos: desenvolvimento da autonomia do pensamento, iniciativa, liderança, participação nas decisões (CURY, 2002, p. 27).

RESUMO

A gestão escolar brasileira passou por diversas transformações no decorrer do tempo. Na atualidade a sociedade luta pelo exercício da democracia, junto a ela, as escolas públicas são orientadas a realizarem a gestão democrática. Diante da necessidade de compreender sobre a gestão democrática nas escolas públicas, a presente pesquisa visa refletir através de estudos bibliográficos como a gestão e comunidade escolar podem influenciar positivamente o processo de ensino aprendizagem, através de sua atuação mutua e colaborativa. Refletir numa perspectiva da gestão democrática sobre a importância do conselho de classe como instrumento de natureza deliberativa e consultiva, com competências para analisar, diagnosticar e definir novos processos de aprendizagem que favoreçam os alunos. Aponta para a importância do papel do gestor na busca de novas práticas pedagógicas que incluam toda comunidade escolar, pais, alunos e professores, um trabalho coletivo em busca de uma educação integral e de qualidade, que contribua para formação de cidadãos reflexivos, críticos e formadores de uma sociedade mais justa e solidária. A metodologia para o desenvolvimento do estudo foi a pesquisa bibliográfica exploratória, o texto foi construído com base numa revisão da produção de alguns teóricos que tratam sobre a temática apresentada.

Palavras-chave: Gestão democrática. . Comunidade escolar. Conselho.

ABSTRACT

The Brazilian school management underwent several transformations in the course of time. Nowadays society is fighting for the exercise of democracy, along with it, public schools are oriented to carry out democratic management. Faced with the need to understand democratic management in public schools, this research aims to reflect through bibliographic studies how the management and school community can positively influence the process of teaching learning through their mutual and collaborative action. Reflect from a democratic management perspective on the importance of the class council as a deliberative and consultative instrument, with competencies to analyze, diagnose and define new learning processes that favor students. It points to the importance of the role of the manager in the search for new pedagogical practices that include all school community, country, students and teachers, a collective work in search of an integral and quality education, that contributes to the formation of reflective, critical and formative citizens of a more just and solidary society. The methodology for the development of the study was the exploratory bibliographic research, the text was constructed based on a review of the production of some theorists that deal with the presented theme.

Keywords: Gestão democrática. . Comunidade escolar. Tendências.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização	14
1.2 Objetivo geral	15
1.3 Objetivo específico	15
1.4 Justificativa	15
1.5 Métodos e técnicas de pesquisa	16
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 Uma reflexão sobre o processo educacional no Brasil.....	16
2.2Tendências Pedagógicas.....	19
2.3 Conceito de gestão escolar.....	20
2.4 Gestão escolar democrática.....	23
2.5 Gestão escolar na escola pública.....	24
2.6 Gestão escolar participativa.....	26
2.7 Projeto político pedagógico	27
2.8 Conselho de classe como processo avaliativo.....	28
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O tema gestão democrática nas escolas é bastante discutido, está baseado nas ações que propõe e viabilizam a participação social no cotidiano das escolas. Procura soluções, adequações e transformações no sistema de ensino dando um novo direcionamento para a descentralização do poder.

A presente pesquisa aborda o conceito de gestão democrática na escola, observando a participação de toda comunidade escolar na construção, planejamento, organização e avaliação dos serviços das ações voltadas para educação. É uma abordagem reflexiva que busca conhecimento sobre o tema, e suporte às discussões sobre o tema.

A educação brasileira teve seu início em 1549, quando os primeiros jesuítas recém chegados à Bahia, tinham como objetivo converter os índios brasileiros à fé cristã. Organizou o sistema educativo em redes de escolas elementares, que propagou a educação como ferramenta de domínio religioso e implantação da cultura européia nas terras indígenas.

Ao longo de sua história a administração escolar passou por muita mudança até chegar à atualidade. O cenário atual da educação debate sobre uma escola que ofereça um ensino de qualidade, respeitando as diferenças, diversidade da comunidade escolar. As escolas se preparam para enfrentar novos desafios e possibilitar condições mais favoráveis para atender os indivíduos que dela participam.

Para alcançar qualidade na educação, existe a necessidade de renovar a estrutura educacional de ensino tradicional, que promove formação puramente intelectual e moral, conservando uma sociedade excludente, sem preocupação com o convívio em sociedade.

A sociedade brasileira luta pela democracia, mas sempre cumpriu papel hierárquico, mesmo que as mídias, os veículos de comunicação e a política apontassem para ações igualdades baseados no direito a igualdade.

A democracia em uma sociedade não pode ser apenas um sistema político, precisa ser real incorporado à lógica da vida cotidiana de grupos sociais em interação na sociedade.

A escola tem o papel de formar cidadãos democráticos, como relata Augusto Cury:

A educação escolar pode contribuir para a democracia não apenas pela formação do cidadão crítico e participativo, mas também por ser ela própria um lugar onde se põe em prática a vivência do que se propõe nos objetivos: desenvolvimento da autonomia do pensamento, iniciativa, liderança, participação nas decisões (CURY, 2002, p. 27).

Atualmente ouve-se falar em instituições que optaram pela gestão participativa ou democrática, e outras que inda não se adaptaram a nova realidade e ainda assumem o papel de uma gestão centralizadora. A gestão democrática não é apenas um princípio pedagógico, mas sim um preceito constitucional, está previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 206, VI), na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Arts. 3º, 14 e 17) e no Plano Nacional da educação, Lei nº 13.005/14 – PNE, que entre suas vinte metas destacou a meta 19 para tratar do tema, que explicita o prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A melhoria da qualidade da educação está ligada à criação de espaços deliberativos, que propicie maiores oportunidades de incentivo potencial e criativo de alunos, professores e toda comunidade escolar. Dessa forma, este trabalho objetiva apresentar uma reflexão sobre a gestão democrática nas escolas públicas, baseada na visão de alguns teóricos com suas reflexões a respeito da gestão democrática nas escolas, importância dos conselhos e elaboração do Projeto Político Pedagógico para uma gestão democrática.

1.1 Contextualização

Desde sua origem, o processo educacional é pautado pela lógica social atuante. A sociedade dita às regras das práticas educativas, não a escola pauta as mudanças sociais. Todas as mudanças e transformações ocorridas no processo educacional acontecem a partir da atuação da sociedade. A legislação educacional adapta-se a lógica do capitalismo para qualificar e preparar os alunos às exigências do mercado, atendendo a função social e o desenvolvimento de habilidades necessárias a emancipação humana.

Como mercadoria o homem não possui valor em si. Seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais valia e da acumulação do capital. O trabalhador, diz Marx em *O Capital*, sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. (GADOTTI, 1997, p. 50).

A tendência liberal nos remete a um sentido de democracia, opondo-se ao termo tradicional, mas não é assim que a tendência deve ser interpretada. A doutrina aparece como justificativa do sistema capitalista, estabelecendo uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também conhecida como sociedade de classe. As teorias pedagógicas estão diretamente ligadas a sociedade na qual e para qual são produzidas.

A educação liberal teve seu início com a pedagogia tradicional, com o passar dos tempos, e por razões que podem ser resumidas na necessidade de reorganização da hegemonia da burguesia, transformou-se em pedagogia renovada ou escola nova, ativa.

Evidencia-se a necessidade de romper a idéia de que a educação está ligada ou apenas objetivada nos pressupostos de cunho capitalista. A ideologia capitalista é destrutiva, simplesmente baseada pelo conceito de empregabilidade, e produção de um cidadão carente de capacidades cívicas.

1.2 Objetivo geral

- Refletir através de estudos bibliográficos como a gestão e comunidade escolar podem influenciar no processo de ensino aprendizagem.

1.3 Objetivos específicos

- Refletir sobre o processo histórico da educação brasileira.
- Identificar como processo de participação democrática pode influenciar no processo de ensino-aprendizagem.
- Refletir numa perspectiva da gestão democrática sobre a importância do conselho de classe como instrumento de natureza deliberativa e consultiva.

1.4 Justificativa

Como profissional da educação, atuante na área e envolvida com o cotidiano de uma escola nasceu o desejo de refletir e compreender o processo de gestão democrática nas escolas públicas, segundo as argumentações de alguns teóricos, como Libâneo. Para tanto, houve na necessidade de fazer uma breve análise do contexto histórico da educação brasileira desde a colonização, até os dias atuais.

O ato de perceber e atribuir significados através de uma conjuntura de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é

interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade (FREIRE, 2006, p.22).

O ato de ler é saber interpretar, analisar, fazer comparações é influenciar e ser influenciado. A escola deve está apta a formar cidadão crítico e criativo. O ensino oferecido em nossas escolas públicas não tem conseguido dar conta dos aspectos primordiais da aprendizagem, como aquisição de leitura, escrita e formação da pessoa humana aptos a cumprir seus deveres e obrigações como cidadão. São inúmeros problemas, falta de leitura, comportamento indesejável, família ausente do processo de aprendizagem da criança, falta de interesse de alunos e professores.

A justificativa para a pesquisa é compreender a relação entre gestão, comunidade escolar e como essa atuação pode refletir em um ambiente mais harmonioso e favorável a novos modelos de educação.

O tema a pesquisado é de grande relevância para toda comunidade escolar brasileira, ampliando o campo de visão a respeito da gestão democrática ou participativa e possibilitando a compreensão dos reflexos deixados pela educação tradicional.

1.5 Métodos e técnicas de pesquisa

A metodologia para o desenvolvimento do estudo foi a pesquisa bibliográfica e exploratória, os dados coletados de periódicos na internet e livros. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. O texto foi construído com base numa revisão da produção de alguns teóricos que tratam sobre a temática apresentada.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Uma reflexão sobre o processo educacional no Brasil/ A tendência liberal tradicional

O início da educação no Brasil surgiu no período colonial, por intermédio dos Jesuítas. A ordem religiosa foi fundada em 1540 por Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa católica romana. Formada por padres chamados de jesuítas com a missão de evangelizar em nome de Jesus. O ensino oferecido tinha como objetivo catequizar os nativos da região, oferecendo aos moradores da colônia o básico sobre a cultura, mas sem preparo para o trabalho.

O ensino estava pautado pela busca da perfeição humana, através da palavra de Deus e a vontade dos homens. A educação baseada na disciplina, hierarquia militar, obediência e respeito aos superiores.

Os jesuítas foram os primeiros educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadores dependente, explorada pela Metrópole, sem diversidade nas relações de produção, a educação não era considerada um valor social importante. Servia de instrumento de dominação da colônia pela aculturação dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido. Assim, os índios e negros foram catequizados e os descendentes dos colonizadores foram instruídos. (VEIGA, 2000, P. 40).

Fica subtendido que o projeto educacional jesuítico sugeria transformações não apenas na espiritualidade, mas mudanças sociais e culturais que atingiram o modo de vida e de pensar dos indígenas brasileiros. Evidencia-se a posição dos jesuítas como agentes da imposição europeia sobre a cultura dos indígenas habitantes das Américas. Era uma nova oportunidade de propagar a base de fiéis da Igreja Católica, e uma estratégia de interação entre os povos e os colonizadores.

Durante o período colonial aqueles que desejam concluir os estudos procuravam o curso de Direito na Universidade de Coimbra ou Medicina na Montpellier na França. A oportunidade era direcionada apenas a elite colonial, filho do Barão e grandes proprietários de terras da colônia, os negros e índios não tinham tal privilégio. Os colonizadores não tinham

interesse em qualificar índios e negros, pois esses faziam o trabalho pesado, eram escravo e considerados sem alma com funções apenas para o trabalho.

O modelo jesuítico foi baseado nos pressupostos da educação tradicional, em que o professor era o detentor da verdade, sem nenhuma formação profissional.

Os jesuítas permaneceram como detentores da educação brasileira até 1759, período que duraram duzentos anos, finalizando com a expulsão dos jesuítas pelo primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, que reorganizou o sistema educacional.

O ensino tradicional ganhou força no Brasil após expulsão da Companhia de Jesus, houve uma desarticulação do sistema educacional. Todo controle da educação ficou nas mãos do Estado português que desempenhava o papel de supervisionar o material didático, e a ação dos professores, através da figura do Diretor dos Estudos, que nomeava e fiscalizava as atuações dos professores.

Segundo Veiga (2002, p. 45) “A pedagogia tradicionalista leiga refletiu-se, evidentemente, nas disciplinas de natureza pedagógica do currículo das Escolas Normais, que, ao final do século XVIII, estavam disseminadas por quase todas as províncias”. O currículo era formado de disciplinas de cultura geral, sobre métodos e processos de ensino, suas implicações e vantagens comparativas, técnicas de ensino misto, com conciliação da técnica de ensino simultânea e do ensino mútuo, e os exercícios práticos nas escolas-modelos. A prática era vista como aplicação da teoria, e o ensino como forma de doutrina.

A crise mundial corrida no período de 1930 a 1945 provoca transições na economia, política e educação do Brasil. A crise cafeeira trouxe a necessidade de uma nova organização das forças econômicas e políticas buscando uma nova forma de Estado no país.

A expansão do crescimento industrial e urbano na década de 1930, levou um grupo de intelectuais brasileiros pensarem em uma forma de remodelar a educação para que o Brasil pudesse acompanhar o desenvolvimento do período.

O governo revolucionário de 1930, Vargas institui o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pré Cocinizando a reconstrução da social da escola na sociedade urbana e industrial. A educação é percebida como instrumento de ação política contra a ordem vigente, como meio de recomposição do poder político (VEIGA, 2000, P. 47).

O Ministério da Educação e Saúde Pública cuidava dos assuntos relacionados à educação e saúde, a educação começa tomar um novo rumo, os anos de 1930 formam

favoráveis à nova educação. Nesse período, grande parte da população cobrava mudanças na educação tradicional, que diante das mudanças ocorridas no país estava ultrapassada.

Com o movimento dos pioneiros diversos debates sobre a forma de ensino são realizados buscando uma educação de qualidade. O período foi medido entre as influências das concepções humanista tradicional, representada pelos católicos, que centralizava a educação no educador, e humanista moderna representada pelos pioneiros, focada no educando, preparando para a vida, baseada no ideário da Escola Nova que veio para contrapor as práticas pedagógicas anteriores.

A centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas nas disciplinas do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2003, P. 497)

Uma característica do escolanovismo é ver a criança como ser dotado de poderes individuais, livre, autônoma e que deve ser valorizada e respeitada. Esse modelo de ensino influencia o atual sistema educacional onde professores transmitem a verdade e os alunos apenas observavam.

A ditadura militar ocorrida no período de 1964 a 1985 assume o papel de distorção da realidade populacional, conduzindo a população ao desconhecimento histórico das inúmeras formas de negação e destruição dos Direitos Humanos. Houve grande interferência do Estado na educação brasileira, o ensino era visto apenas como instrumento para o trabalho e de controle ideológico. O período foi marcado por intensas perseguições políticas aos que eram contra as ideias militares. Houve confrontos entre forças políticas e sociais, supressão dos direitos constitucionais, censura aos meios de comunicação, prisão e torturas dos opositores ao militarismo.

A partir de 1978 os movimentos religiosos, sindicais e de caráter civil ganham força na luta por melhores condições de vida, saúde, trabalho, habitação e educação. Na década de 1980, instala-se o Governo Civil da Aliança Democrática, nasce a República, é o fim da ditadura militar. O Brasil finalmente começou experimentar os prazeres e as responsabilidades da democracia, surge um novo modelo na educação. O fim da ditadura militar e a instalação da nova República abre novas possibilidades para o crescimento intelectual e científico, surgem novas tendências educacionais.

2.2 Tendências pedagógicas

As tendências pedagógicas são divididas em liberais e progressistas. A pedagogia liberal diz que a escola tem função de preparar o indivíduo para desempenhar papéis sociais, baseados nas aptidões individuais. O indivíduo deve se adaptar aos valores e normas da sociedade de classe desenvolvendo sua cultura individual. A escola não leva em consideração as desigualdades sociais.

- Tendência Liberal

Tendência Tradicional: A escola atua na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir seu papel na sociedade. São levados em consideração valores e conhecimentos sociais acumulados durante o tempo, a aprendizagem é receptiva, não consideram as características próprias de cada idade, o professor é visto como mestre detentor do conhecimento.

Tendência Renovada: A escola adéqua-se as necessidades individuais ao meio social, os conteúdos são estabelecidos a partir das experiências vividas pelos alunos frente a situações problemas. Baseada na motivação e na estimulação, o aluno aprende praticando.

Tendência Renovada não diretiva – Nova escola: Baseia-se na busca dos conhecimentos pelos próprios alunos, educação é voltada para o aluno, onde aprender é modificar as percepções da realidade.

Tendência Tecnicista: Modela o comportamento humano através de técnicas específicas, são usados procedimentos e técnicas para transmissão e recepção de informações, a aprendizagem é baseada no desempenho.

- Tendência Progressista

Tendência Libertadora: Conduz professores e alunos a buscar um nível de consciência da realidade em que vivem na busca pela transformação social, a relação entre professor e aluno é de igual para igual, valoriza experiência vivida como base da relação educativa.

Tendência Libertária: Visa a transformação da personalidade em sentido literário e autogestionário, as matérias são colocadas, mas não exigidas, o professor atua como orientador e os alunos são livres, baseia-se na valorização da vivência cotidiana.

Tendência Crítico-social dos conteúdos ou histórico-crítica: Permite ao aluno receber conteúdos que estão adequados à realidade vivida socialmente por ele. Baseiam-se nas estruturas cognitivas já estruturadas nos alunos, o professor atua como mediador entre o saber e o aluno.

As tendências pedagógicas foram influenciadas pelo momento político, social e cultural, se revelaram através dos movimentos sociais e filosóficos e hoje constituem a prática pedagógica do país.

2.3 Conceito de gestão escolar

A educação é uma das principais bases da sociedade, e precisa atender sua função social na formação e adaptação do cidadão para sociedade atual. Imagina-se a tamanha responsabilidade que envolve o ato de gerir uma escola. São grandes desafios, quantidades de informações, atividades, processos administrativos e acadêmicos que precisam ser gerenciados, apreciados, elaborados, buscando e priorizando qualidade de ensino.

Segundo Luck (2005) ao tratar de gestão escolar, torna-se importante ter como princípio orientador a democratização, promovendo a “redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar.”

A Gestão Escolar é a importante tarefa de dirigir e controlar os serviços indispensáveis à educação. O controle do planejamento do trabalho escolar, a racionalização dos recursos materiais, financeiros, bem como coordenação, distribuição e controle da equipe gestora.

Organizar é bem dispor elementos (coisas e pessoas), dentro de condições operativas (modos de fazer), que conduzem a fins determinados. Administrar é regular tudo isso, demarcando esferas de responsabilidade e níveis de autoridade nas pessoas congregadas, afim de que não se perca a coesão do trabalho e sua eficiência geral (LIBÂNEO, 2001, p.77).

Os temas organização e administrações podem ser utilizadas simultaneamente quando explicitando o conteúdo de cada um. A escola é vista como uma organização que se caracteriza, interage como unidade social, organiza os trabalhos coletivos de forma democrática, buscando alcançar as metas e objetivos da instituição.

A gestão escolar lida com todos os aspectos relacionados às rotinas educacionais. É o elemento prioritário em seu escopo de ações, visando obtenção de resultados com a

participação ativa de toda a comunidade escolar. A participação proporciona às pessoas oportunidade de controle e poder de seu próprio trabalho no contexto da organização escolar.

Segundo Libâneo (2004), considerando as finalidades políticas e sociais da educação, apresenta duas concepções de gestão bastante diferenciadas: a científico-racional e a sociocrítica.

No enfoque científico-racional, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva e neutra, técnica, que funciona racionalmente, de forma burocrática e tecnicista. A Ênfase é à estrutura organizacional, centralização das decisões são tomadas verticalmente, vem de cima para baixo.

As escolas que operam nesse modelo dão forte peso à estrutura organizacional, à definição rigorosa de cargos e funções, à hierarquia de funções, às normas e regulamentos, à direção centralizada e ao planejamento com pouca participação das pessoas. (LIBÂNEO, 2004, P. 120).

No modelo científico-racional a hierarquia, cargos e funções, normas e regulamentos são privilegiadas, os planos de ações impostos verticalmente, são modelos comuns dentro das organizações escolares e por isso existe baixo numero de participação das pessoas.

Na visão sociocrítica a escola é concebida como uma organização construída pela comunidade escolar. Caracteriza-se pela auto-organização do grupo, alternância de funções e colaboração de toda comunidade escolar (pais, alunos, professores e demais instâncias). Os processos de tomada de decisões e a gestão democrática se desenvolvem a partir do coletivo. Por meio da interação e participação os projetos e ações e o exercício de práticas colaborativas buscam alcançar objetivos comuns.

Na concepção sociocrítica, a organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no meio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. (LBÂNEO, 2004, 9. 120).

A concepção sociocrítica é fundamentada na descentralização, é um sistema que valoriza o contexto sócio-político democrático, ou seja, valoriza as interações sociais ao possibilitar ao grupo uma construção social coletiva e aberta a contribuições

Libâneo (2004) destaca ainda, outras formas de estudos que ampliam o leque de concepções, organização e gestão escolar: a concepção técnico-científica, expressão do enfoque científico-racional, a concepção autogestionária e a concepção democrático-participativa.

A concepção técnico-científica – baseia-se na hierarquia de cargos e funções, de caráter piramidal com ênfase no poder centralizado, na divisão técnica dos serviços escolares, dando maior importância às tarefas do que às pessoas.

A concepção autogestionária – centra-se na responsabilidade coletiva com participação direta e igualitária, priorizando as inter-relações mais do que as tarefas, valorizando a capacidade do grupo, recusando exercício de formas estruturadas hierarquicamente.

A concepção democrática-participativa – institui na “relação orgânica” entre direção e todos os outros segmentos da escola focando nos objetivos e decisões estabelecidas coletivamente que posteriormente serão assumidas por cada membro em suas responsabilidades individuais e de ações coordenadas e controladas.

Os processos que cada instituto passa varia de acordo com a execução e ações existentes no sistema. A organização geral da escola é realizada pelo trabalho conjunto de pessoas em interação constantes dentro das unidades escolares, resta às instituições analisarem quais concepções e medidas são mais aceitas e propõe melhores resultados pelas comunidades escolares.

2.4 Gestão escolar democrática

A gestão democrática consiste em um princípio preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e na constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares. A gestão democrática coloca em prática o espírito da Lei, por destacar a forma democrática com que a gestão dos sistemas e da escola deve ser desenvolvida.

A gestão democrática tem papel primordial dentro da educação, atualmente é campo de reflexão e iniciativa, como também de exercício da democracia.

A escola pública poderá, dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma minoria. (MEC, SEB, 2004, p. 18).

Segundo Ferreira (1986) democracia significa: Governo do povo; soberania popular, democratismo. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. Trata-se de um regime político em que o governo do país deve ser exercido pelo povo em conjunto. . Do mesmo modo Luck (2005), afirma que:

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LUCK, 2005, P.17)

Diante do texto, entende-se que a gestão democrática na educação é tarefa de todos, devendo iniciar na família, no governo e na sociedade, mas que isso ocorra em harmonia é necessário a participação de toda comunidade envolvida no processo educativo.

Segundo Paulo Freire (1987), ninguém educa ninguém educando a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A gestão democrática enfatiza a participação de todos os componentes da escola no processo educativo.

A democracia só tem significado se vinculada a um olhar de democratização da sociedade, a gestão democrática enfatiza a participação de todos os membros da escola no processo educativo.

Na maioria das vezes, a realidade das escolas ainda é de isolamento do professor. Sua responsabilidade começa e termina em sala de aula. A mudança dessa situação pode ocorrer pela adoção de práticas participativas, em que os professores aprendam nas, metodologias e dificuldades, discutam e tomem decisões sobre o projeto pedagógico curricular, sobre o currículo, sobre as relações sociais internas, sobre as práticas de avaliação. . (LIBÂNEO, 2007, P. 308).

2.5 Gestão democrática na escola pública

Ao longo de década muito se buscou pela democracia que por vezes foi reprimida pela compulsão dos poderes. A sociedade sempre esteve em busca de seus direitos e ainda hoje persiste na garantia deles. Com as gestões escolares não foi diferente, sempre foram marcadas pela centralização de poder e tomadas de decisões verticais, implantadas autoritariamente, com ausência de autonomia financeira, administrativas e pedagógica

A gestão escolar democrática baseia-se no processo de mobilização e orientação dos esforços coletivos, juntamente com a organização de recursos e processos para que a

instituição desempenhe seu papel social e realize seus objetivos educacionais de formação e promoção dos alunos, garantindo dessa maneira uma aprendizagem significativa.

A constituição Federal de 1988, e a LDB (9391/96), consolidou a luta pela gestão Democrática. Na década de 1990 houve uma proposta de minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas, mas foi somente no final do século XX, que através de muitas lutas verificou-se a necessidade de mudança no processo de gestão.

Os avanços tecnológicos apontaram para uma nova visão administrativa no tocante aos processos de gestão. As estruturas organizacionais conquistam novos espaços de trabalhos cooperativos, que influencia a implantação de modelos de gestão mais descentralizados.

A gestão escolar no dia a dia é traduzida como ato político, que implica envolvimento de pais, funcionários, professores, estudantes e toda comunidade escolar.

Após leitura bibliográfica torna-se compreensível o fato de que o fracasso da gestão democrática se dá pela ausência da comunidade, alguns por falta de conhecimento, outros por falta de tempo para participar do processo democrático dentro das escolas, devido à carga de trabalho da comunidade escolar.

Pesquisa de campo que realizei, sobre os obstáculos e potencialidades que apresentam à participação da população na escola pública, indicam que, a par de fatores estruturais ligados às próprias condições de trabalho e de vida da população, encontra-se também a resistência da instituição escolar a essa participação (PARO, 2002, p.27).

É importante que haja uma interação entre a gestão escolar e comunidade, que os interesses sejam pautados, façam parte do planejamento e pautas que envolvam os processos de tomada de decisão. É por intermédio dessa integração que ambas as partes podem cobrar e exigir melhorias e acompanhar de fato as ações realizadas no âmbito escolar.

Segundo Brasil (1996), a participação da comunidade na escola é previsto por lei, conforme artigo 12º, inciso VI da LDB nº 9.394/96: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

A escola não é feita da equipe gestora, nos espaços onde todos têm participação ativa e contribuem com idéias, sugestões existem maiores possibilidades de sucesso. Conhecer a realidade escolar gera mais responsabilidade, comprometimento e conseqüentemente melhoria na qualidade do ensino.

A implantação de uma gestão democrática enfrenta uma série de obstáculos, existem resistências dos profissionais de ensino às novas adequações tecnológicas, trabalho coletivo, formação continuada dos profissionais, descomprometimento da comunidade escolar, descaso de alguns gestores que ainda optam por uma gestão individualista.

A gestão participativa deve apresentar estratégias e suportes que visem a melhoria da qualidade das práticas e a participação de toda comunidade escolar.

Gestão Democrática do ensino Público é a ação e o efeito de gerir a educação através da participação de todos os atores sociais que integram o universo educacional, objetivando atender às aspirações da sociedade por intermédio dos anseios daqueles que trazem e usam as escolas públicas. (BARBOSA FILHO, 2004, P.3).

A gestão democrática do Ensino Público integra todo o universo educacional, procurando atender aos anseios da sociedade, através das ações realizadas por seus agentes escolares que certamente assumem o compromisso de realizar um trabalho com responsabilidade e pensando sempre no coletivo.

A gestão Democrática exige, do seu agente, atitudes, compromisso de fazer, construir. E mais: como a gestão se constrói por meio de ações, ela sempre traz consequências ou efeitos. É o “efeito de gerir” é o de dirigir, de dar condução e comando. Sendo assim, toda gestão implica em responsabilidades. (BARBOSA FILHO, 2004, P.4).

A efetivação da gestão democrática só terá sucesso se os envolvidos estiverem comprometidos com o projeto. Envolvimento gera responsabilidade, desejo de mudança e resultados. Os princípios da Gestão democrática são pautados na participação e descentralização do poder, pode ser entendida como espaço colaborativo de participação mútua.

2.6 Gestão escolar participativa

A ação da gestão democrático-participativa oportuniza a participação da comunidade, assim a escola deixa de ser um lugar fechado separado da realidade e passa ser parte da comunidade educativa, interagindo com a sociedade civil.

Para Libâneo (2008), a participação é o meio fundamental para garantir a gestão democrática da escola, uma vez que possibilita o envolvimento de profissionais e a clientela

no processo de tomada de decisões, bem como no adequado funcionamento da organização escolar.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. (LIBÂNEO, 2008, p. 102).
2006).

Um modelo baseado na gestão democrático-participativa fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a livre escolha dos objetos e métodos de trabalho, além da construção unificada do campo de trabalho.

Conforme descreve Luck (2009), a participação consiste numa expressão de responsabilidade social intrínseca à expressão da democracia.

Aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais (LUCK, p. 71

A autonomia é uma conquista coletiva dos conselhos escolares e todas as unidades executoras. Torna-se autônoma a escola que adapta seu projeto pedagógico à realidade local, buscando compreender a realidade de vida de sua comunidade nas questões culturais, sociais e econômicas. As instituições devem ser espaços que promovam a oportunidade do exercício da democracia. A participação é o maior meio para garantir uma gestão democrática. Uma escola democrática é aquela que através das ações coletivas, todos fazem o que é bom para todos.

2.7 Projeto político pedagógico

O objetivo do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) é resgatar a função social da escola. A construção e execução do Projeto Político-Pedagógico surgem no contexto da gestão democrática. Sua elaboração envolve professores, funcionários, estudantes, pais e

comunidade escolar. O P.P.P. traz para a escola a oportunidade de inovação, com autonomia e iniciativa para demandas que vão fazer sentido para o momento de vida presente do aluno, cria condições para que o processo de discussão seja baseado na reflexão conjunta para melhoria na qualidade de ensino oferecido nas escolas. Através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas em nome de todos, para a execução dos objetivos estabelecidos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 da legalidade a elaboração da proposta pedagógica. Os artigos 12,13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaboração e execução de sua proposta, devendo contar com a participação dos profissionais da educação e conselhos.

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma analógica, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que darão origem a outras árvores, frutos...Mas, que para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (LIBÂNEO, 2004, p. 152).

A construção do projeto ocorre no interior da escolar, contribuindo para a colaboração mútua entre a comunidade escolar, criando um ambiente dotado de flexibilidade, que permita adaptação quando necessários e norteia as ações da escola respeitando o contexto de cada escola.

2.8 Conselho de classe como processo avaliativo

O conselho de classe é um órgão colegiado de natureza consultiva quando têm caráter de assessoramento, analisando as questões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pela gestão da unidade e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

O regimento escolar define as organizações administrativas, didáticas, pedagógicas, disciplinares da escola, criando normas, direitos e deveres. O objetivo do Regimento Escolar é compreender e aplicar no cotidiano os princípios e fundamentos legais do Regimento Escolar, conhecendo e identificando seus componentes essenciais e sua relação com o Projeto Político Pedagógico e a expedição da documentação do aluno.

O conselho de classe deverá conduzir a uma transformação das relações, possibilitando uma gestão democrática, focando nos processos avaliativos capazes de reconfigurar o

conhecimento, rever relações pedagógicas alternativas e contribuir para uma nova organização do trabalho pedagógico.

O conselho de classe é um órgão colegiado composto pelos professores as classes, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. (LIBANEO, 2004, p. 303).

Os conselhos de classe devem elaborar estratégias de superação das dificuldades enfrentadas tanto por alunos em relação à aprendizagem, como por professores no auxílio ao ato de ensinar.

O conselho de classe é um momento de reflexão e análise do processo de ensino e aprendizagem, ocasião em que se avalia se as metas explícitas na proposta política pedagógica estão sendo atingidas, em que se consideram os avanços e dificuldades individuais ou coletivas das turmas.

O conselho de classe é uma reunião dos professores da turma com múltiplos objetivos, entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e de outros elementos da equipe escolar”. (ROCHA, 1984, p. 9).

O conselho de classe é importante por agregar informações que possam passar despercebida no dia a dia escolar, e são fundamentais para o acompanhamento educacional do aluno, dando a ele novas possibilidades de progressão na construção de um ensino eficaz, garantindo dessa forma sua formação integral.

O conselho de classe pode ser organizado em três momentos distintos:

- Pré-conselho: É compreendido como um espaço de análise ou diagnóstico, onde são realizados levantamento do processo de ensino e disponibilização dos dados aos conselheiros para análise comparativa do desenvolvimento dos estudantes.
- Conselho de Classe: momento de definição em que todos se posicionam frente à análise realizada e em conjunto definem a favor da aprendizagem dos alunos.

- Pós-conselho: momento de efetivação das ações previstas no Conselho de Classe.

Após o conselho de classe é preciso haver uma análise sobre os resultados obtidos pelo estudante, focando no trabalho realizado pelo professor para resgatar a aprendizagem do aluno, verificando as metodologias utilizadas pelo docente e acompanhando o aluno nas demais disciplinas do ano corrente, até no ano seguinte.

Ao longo dos anos a escola passou a ser considerada espaço principal para o exercício democrático e ações participativas. Sabendo que é nesse ambiente que o sujeito amplia e desenvolve suas habilidades e capacidades educacionais, torna-se imprescindível a função do conselho para uma gestão democrática.

A participação é o meio para assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO, 2005, p. 328).

Os impasses sempre existirão dentro das unidades escolares, mas poderão ser superados à medida que a comunidade escolar toma consciência da importância do seu papel, participando conscientemente, verificando e deliberando sobre a coerência dos processos de tomada de decisão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo educacional numa perspectiva global desde a colonização do Brasil, evidencia-se a educação e o acesso à informação como fator importante ao combate a exclusão social.

A pedagogia jesuítas deixou o legado tradicionalista de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum que trouxe para o Brasil um dos aspectos que perdura até atual lei de diretrizes e bases da educação nacional, são pressupostos propostos no método pedagógico da educação jesuítica, os quais predominam como primordiais e imprescindíveis no currículo, a formação básico desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A educação brasileira não é prioridade, representa apenas os interesses do Estado, que direciona de acordo com a política vigente. Evidencia-se a necessidade de romper a idéia de que a educação está ligada ou apenas objetivada nos pressupostos de cunho capitalista. A ideologia capitalista é destrutiva, simplesmente baseada pelo conceito de empregabilidade, e produção de um cidadão carente de capacidades cívicas.

A implantação de uma gestão democrática enfrenta uma serie de obstáculo, existem resistências dos profissionais de ensino às novas adequações tecnológicas, trabalho coletivo, formação continuada dos profissionais, descomprometimento da comunidade escolar, descaso de alguns gestores que ainda optam por uma gestão individualista.

No decorrer da pesquisa bibliográfica foram destacados aspectos que caracterizam a Gestão Escolar enfocada pelo principio orientador a democratização. Para haver uma nova relação entre escola e comunidade é preciso repensar como ocorre a gestão participativa, dentro das escolas e promover novas práticas pedagógicas que incluam toda comunidade.

O gestor que valoriza a gestão participativa busca uma educação integralizada, abre espaço para o diálogo, estimula o debate de idéias e problemas pedagógicos, caracteriza um espaço de reflexão, criando possibilidades de confronto sobre as inovações e possíveis mudanças no processo educativo.

Evidenciou-se a importância do Projeto PolíticoPedagógico como guia norteador, que vai definir e organizar as ações e projetos educativos, necessários à aprendizagem e ao ensino.

A importância do conselho de classe para reforçar a missão da instituição, alinhar ações e buscar novas estratégias de ensino.

O processo de gestão democrática é algo realizável em longo prazo que depende da participação de todos. Para que a escola democrática se efetive, e o aluno possa sentir o reflexo dessa interação em sua aprendizagem, é necessário que as instituições de ensino direcionem caminhos para que essa transformação ocorra, criando estratégias para que pais e alunos se envolvam, através de diálogos e opiniões coerentes que contribuam para formação de cidadãos críticos, reflexivos, preparados para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

É necessário que as instituições de ensino apontem caminhos para que essa transformação ocorra, o grande desafio é romper inércia e criar uma agenda positiva, que busque métodos de aproximação em todos os momentos. Criar nas escolas o costume de diálogo com os pais ou responsáveis.

Todos precisam ser solicitados a sair de suas zonas de conforto em procura de um entendimento sobre o que é melhor para os estudantes. Esse deve ser um acordo tanto dos gestores, professores, colaboradores e pais ou responsáveis no cotidiano.

REFERÊNCIAS

- _____. Lei Darcy Ribeiro: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação EdiçõesCâmara, 1996.
- _____. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica – Conselhos Escolares: **Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**, Brasília, 2004
- ADRIÃO, T., CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: **BARBOSA FILHO**, Jose Iran. Gestão democrática do ensino público: uma conquista em construção. 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- COLEGIO ESTADUAL PRINCESA DAIANA. **Projeto PolíticoPedagógico**. 201.
- CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: caminhos e descaminhos. In: Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004. PP. 96 – 100. Disponível

em: <https://pt.scribd.com/doc/18892732/Artigo-Alfabetizacao-e-Letramento-Magda-Soares-1> Acesso em 05 de abril. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. Ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. Ed. Revista e ampliada – Goiânia: editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloisa. *A gestão participativa na escola*. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão 124p.

LUCK, Heloísa. A gestão pedagógica da organização curricular com foco na superação da distorção idade-série. **Gestão em Rede**, n. 62, p.10 – 14, junho,2005.

OLIVEIRA, R. P., ADRIÃO, T. (Orgs.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da escola pública à ciência da sociedade*. São Paulo: Ática, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Escola Nova e processo educativo*. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, LUCIANO E GREIVAS, Cynthias (org). **500 anos de educação no Brasil> Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003.**